

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Prezados Acionistas,

A Administração da Brasiliiana Participações S.A. ("Brasiliiana Participações" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

PERFIL

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objetivo exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente nos setores de geração de energia elétrica. Portanto, a geração de resultados bem como a continuidade operacional da Companhia acham-se diretamente vinculados à performance e continuidade operacional de suas controladas. Os principais riscos envolvendo a Companhia e suas controladas acham-se descritos na Nota 18 das Demonstrações Contábeis.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil S.A. ("AES Holdings Brasil"), conforme demonstrado na tabela abaixo.

Estrutura Societária da Brasiliiana Participações

Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
AES Holding Brasil Ltda.	253.846.155	50,00%	6	0,00%	253.846.161	46,15%
BNDES Participações S.A. - BNDES	253.846.154	50,00%	42.307.693	100,00%	296.153.847	53,85%
Total	507.692.309	100,00%	42.307.699	100,00%	550.000.008	100,00%

Reorganização Societária

Em 08 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou mudança estratégica em seus negócios, com objetivo de reduzir sua exposição ao setor de distribuição de energia elétrica.

O plano de recuperação judicial da antiga subsidiária foi concluído em 09 de setembro de 2019. Assim, a partir desta data, o investimento no balanço da controladora e todos os ativos e passivos, deixaram de ser reconhecidos pela Companhia em seu balanço consolidado. Para fins de comparabilidade, os saldos de 31 de dezembro de 2018 foram reapresentados como operações descontinuadas nestas demonstrações financeiras. Mais detalhes sobre o processo de recuperação judicial desta controlada no próximo item deste documento.

Controladas

AES Serviços TC ("AES Serviços")

A AES Serviços, então controlada, teve pedido de recuperação judicial protocolado pela Brasiliiana Participações em 15 de agosto de 2018, o qual foi deferido em 03 de setembro de 2018 pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, que determinou a apresentação do plano de recuperação judicial pela AES Serviços no prazo de 60 dias corridos da data da publicação do despacho de deferimento da recuperação judicial (ocorrida em 18 de setembro de 2018) e nomeou a empresa ON BEHALF Auditores e Consultores Ltda. como seu administrador judicial. Em 22 de outubro de 2018, foi publicado o 1º edital de convocação de credores, abrindo prazo de 15 dias para que estes se manifestassem quanto eventuais divergências e habilitações de créditos.

Em 06 de novembro de 2018, encerrou-se o prazo para apresentação de habilitações/divergências, ao Administrador Judicial, quanto a lista dos créditos inicialmente informada pela controlada AES Serviços. Em 19 de novembro de 2018, a controlada AES Serviços apresentou o plano de recuperação judicial.

Em 18 de março de 2019 a Companhia publicou o edital com o plano de recuperação judicial. Após apresentação de objeção ao plano apresentado por uma das credoras, em 04 de junho de 2019 a AES Serviços peticionou para (i) informar a alteração do controle societário da AES Serviços e requerer a homologação pelo juiz; (ii) apresentar plano de recuperação substitutivo, com pagamento integral dos credores em parcela única; (iii) informar a retirada da oposição ao plano apresentada pela credora que apresentou a objeção e requerer a intimação dos credores para que se manifestem sobre o novo plano em cinco dias; e (iv) não havendo oposição, que o novo Plano seja homologado diretamente, sem a necessidade de convocação de Assembleia.

No dia 14 de maio de 2019 foi assinado o contrato de compra e venda de quotas da AES Serviços no qual celebra, após o cumprimento das condições precedentes, que a Companhia se comprometeu a vender a sua controladora direta AES Holdings do Brasil Ltda., o total de 29.172.238 quotas, equivalente a aproximadamente 99,99% do capital social da AES Serviços, pelo valor total de R\$ 1,00. A distribuição ao sócio foi efetivada em 01 de julho de 2019, após o cumprimento das condições precedentes.

AES Elpa S.A. ("AES Elpa")

Em relação a controlada AES Elpa, em 08 de março de 2018, foi protocolado o pedido de registro de OPA junto à CVM, sendo esta deferida e aprovada pela CVM em 28 de junho de 2018. Tendo em vista que não houve oposição expressa por parte dos acionistas durante o período de manifestação, a Companhia deu prosseguimento aos atos necessários para o cancelamento de seu registro de companhia aberta perante a CVM. Em 05 de setembro de 2018, a CVM deferiu o cancelamento de registro de companhia aberta a AES Elpa e em 11 de setembro de 2018, a B3 - Brasil, Bolsa, Balcão deferiu o cancelamento da listagem das ações da AES Elpa na bolsa de valores. Por fim, conforme anunciado em fato relevante publicado em 10 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu o processo de resgate da totalidade das ações de emissão da AES Elpa que remanesceram em circulação após o leilão da OPA, realizado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão em 6 de agosto de 2018 ("Leilão da OPA"), com o respectivo e posterior cancelamento ("Resgate de Ações"). O pagamento do preço do resgate ocorreu em 21 de dezembro de 2018 ("Data do Pagamento do Resgate") pelo valor de R\$0,01 por ação de emissão da AES Elpa ("Preço de Resgate"). O Preço de Resgate correspondente ao preço por ação pago no Leilão da OPA (isto é, R\$0,01), ajustado pela Taxa SELIC acumulada, pro rata temporis, desde o dia 9 de agosto de 2018 até a Data do Pagamento do Resgate.

AES Uruguiana Empreendimentos S.A. ("AES Uruguiana")

Hoje consolidada como operação descontinuada, a AES Uruguiana, devido à interrupção no fornecimento de gás natural, em abril de 2009, interrompeu sua operação e iniciou o programa de manutenção e conservação da usina ("hibernação"). Essa decisão foi tomada visando à redução de custos e a preparação da usina para uma possível retomada de atividades no futuro, em havendo disponibilidade de gás.

Em 2013 e 2014 a usina operou em caráter emergencial autorizada pelo governo federal, com uma geração líquida de 238,7 GWh e 322,1 GWh respectivamente. Em 2015, através da Portaria nº 28/2015, o Ministério de Minas e Energia, por intermédio do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico ("CMSE") reconheceu a necessidade de geração de energia pela AES Uruguiana em caráter extraordinário e temporário, dada a importância desta para o atendimento ao Estado do Rio Grande do Sul, à Região Sul e ao Sistema Interligado Nacional ("SIN"). Em 2015 a usina registrou uma geração líquida de 821,2 GWh em 2015, valor 155% superior ao registrado no ano anterior (322,1 GWh).

Desde 2016 a usina da AES Uruguiana se mantém em condições de hibernação, permanecendo com suas atividades paralisadas em função da indisponibilidade de gás natural. Em 2017, celebrou contrato com a YPF, no qual será remunerada tanto pela disponibilidade quanto pela geração de energia elétrica por encomenda. O referido contrato possui condições precedentes, as quais quando satisfeitas, permitirá, caso haja demanda de energia pela YPF, a AES Uruguiana auferir receita oriunda deste contrato, o que não ocorreu no exercício social de 2019.

A ausência de uma proposta firme de entrega de gás (devido a elevada utilização dos gasodutos para o consumo interno argentino) e preços atrativos para venda devido as condições favoráveis da hidrologia, inviabilizam a operação da usina no Mercado Regulado. Desta forma, os administradores da companhia estão avaliando diferentes oportunidades comerciais para viabilizar a operação da Uruguiana. Na impossibilidade do sucesso operacional da usina, estuda-se a venda do ativo ou a desmobilização parcial da planta, o que reduziria os custos de remediação e desmonte.

EFICIÊNCIA ECONÔMICA/FINANCEIRA

Desempenho Econômico - Financeiro

Resultados - R\$ milhões	Consolidado 2018 ¹	Consolidado 2019
Receita Líquida	–	–
Custos Operacionais ²	-2,8	-3,4
Resultado Bruto	-2,8	-3,4
Ebitda	-2,8	-3,4
Resultado Financeiro	–	0,5
Resultado Antes da Tributação	-2,9	-2,9
Operações Descontinuadas	-81,4	-19,5
Lucro Líquido do Exercício	-84,2	-22,4

¹ Reapresentado

² Exclui Depreciação e Amortização

A Brasiliiana Participações registrou um prejuízo de R\$ 22,4 milhões em 2019 versus um prejuízo de R\$ 84,2 milhões em 2018, especialmente, pelos efeitos:

AES Uruguiana

A AES Uruguiana permaneceu inoperante durante o exercício social de 2019, auferindo um prejuízo de R\$ 19,3 milhões versus um prejuízo de R\$ 59,8 milhões em 2018.

Importante lembrar que em 2018, o prejuízo foi em função, principalmente, da despesa financeira oriunda de atualização monetária de processos judiciais referentes às transações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia ("CCEE") no período de dezembro de 2000 a março de 2002, processo MAE/CCEE, além do custo para manutenção da planta.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de provisão para processos judiciais referente ao caso acima mencionado, atualizado pela variação do IGP-M, totalizava R\$ 94,3 milhões e a Companhia possuía na mesma data R\$ 88,8 milhões aplicados para fazer frente à esta provável perda.

Com as despesas financeiras da atualização monetária do processo balanceadas pelo rendimento da aplicação do caixa, o prejuízo auferido no exercício de 2019 reflete apenas os custos de manutenção do ativo, principalmente com serviço de terceiros, compra de energia elétrica e pessoal, que somaram R\$ 11,8 milhões (61% do total do prejuízo do período).

Importante ressaltar que o resultado da AES Uruguiana é tratado como operação descontinuada na consolidação da Brasiliiana.

AES Elpa

A AES Elpa auferiu prejuízo de R\$ 304 mil no exercício de 2019 versus R\$ 96 mil em 2018, em função principalmente dos gastos referentes a Oferta Pública de Aquisição de Ações mencionada acima, com destaque para:

- (i) R\$ 191 mil com honorários advocatícios de assessoramento;
- (ii) R\$ 103 mil com banco escriturador para operacionalização da Oferta; e
- (iii) R\$ 49 mil com publicações legais exigidas no processo.

Destinação de Resultados

Em virtude do prejuízo auferido em 2019 de R\$ 22,4 milhões, não há saldo da base distribuível de dividendos do ano, conforme demonstrado a seguir:

Dividendos (R\$ milhões)	
(Prejuízo)/Lucro do Exercício - 31 de dezembro de 2019	-22,4
Base para distribuição de dividendos	-22,4
Absorção de prejuízo com reserva de lucros	–
Saldo remanescente	-22,4

REMUNERAÇÃO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração global dos administradores para o exercício de 2019 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2019.

Nos termos do item 3.1(w) do Acordo de Acionistas da Brasiliiana Participações S.A., a remuneração global dos administradores da Companhia e de suas controladas não tem sido submetida à aprovação em sede de Reunião Prévía uma vez que a Companhia entende que os termos propostos são compatíveis com a média praticada pelo mercado.

AUDITORIA INDEPENDENTE

Ao longo do exercício de 2019, a Brasiliiana Participações utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S ("EY"). Em 2019, os serviços prestados pela EY foram: (i) Auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019; (ii) revisão e emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2019; (iii) auditoria das demonstrações financeiras intermediárias especificadas relativas aos exercícios findos em 30 de abril de 2019 e 31 de outubro de 2019, com a finalidade específica atender as instruções de auditoria enviada pelos auditores independentes do acionista BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR") e (iv) auditar os relatórios específicos (*Reporting Package*), preparados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos os Estados Unidos da América relativos ao exercício social de 2019.

O valor total dos serviços acima descritos totaliza R\$ 97.702,00 (noventa e sete mil, setecentos e dois reais). Os serviços acima possuem prazo de contratação de um ano.

A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima não afetam a independência e objetividade da EY, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2020

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	Notas	2019	2018	2019		2018	Notas	2019	2018

ATIVO

CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa	4	95	61	157	530
Investimentos de curto prazo	4	34.845	70.179	36.001	176.978
Contas a receber		–	–	–	2.246
Contas a receber de partes relacionadas	17	–	3.368	–	–
Tributos e contribuições sociais compensáveis	5	20	2.268	21	9.726
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	17	–	4.389	–	–
Outros ativos circulantes	6	1.923	1.785	1.930	3.685
Ativos não circulantes disponíveis para venda	1.2	21.492	–	119.812	–
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		58.375	82.050	157.921	193.165

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Tributos e contribuições sociais compensáveis	5	2.874	–	4.849	18.364
Cauções e depósitos vinculados	11	3.397	43.985	3.973	72.432
Outros ativos não circulantes	6	2.039	2.519	2.039	6.689
Investimento	7	3.249	40.804	–	–
Imobilizado, líquido	8	–	–	95	5.762
Intangível, líquido		–	–	–	9
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		11.559	87.308	10.956	103.256

TOTAL DO ATIVO

		69.934	169.358	168.877	296.421
--	--	---------------	----------------	----------------	----------------

PASSIVO

CIRCULANTE

Fornecedores	9	282	2.314	299	13.253
Arrendamento financeiro		–	–	–	1.007
Tributos e contribuições sociais a pagar		16	16	18	925
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	17	–	30.160	32	30.193
Obrigações sociais e trabalhistas		13	14	13	3.509
Provisões para processos judiciais e outros	11	–	–	–	606
Receita diferida	12	–	–	–	1.311
Outras obrigações	10	–	–	–	7.344
Passivos não circulantes disponíveis para venda	1.2	–	–	98.058	–
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		311	32.504	98.420	58.148

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Arrendamento financeiro		–	–	–	879
Provisão para processos judiciais e outros	11	2.781	43.405	3.353	156.452
Obrigações sociais e trabalhistas		–	–	–	49
Receita diferida	12	–	–	–	6.338
Outras obrigações	10	–	–	–	2.029
Provisão para patrimônio líquido negativo da controlada	7	–	21.318	–	–
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.781	64.723	3.353	165.747

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social subscrito e integralizado	13.1	85.299	111.810	85.299	111.810
Reservas de capital	13.3	3.937	(13.168)	3.937	(13.168)
Prejuízos acumulados		(22.394)	(26.511)	(22.394)	(26.511)
Subtotal		66.842	72.131	66.842	72.131
Participação de acionistas não controladores		–	–	262	395
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		66.842	72.131	67.104	72.526
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		69.934	169.358	168.877	296.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Reservas de Lucros							Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas da Companhia	Participação de acionista não controlador	Patrimônio líquido consolidado
		Capital social	Reserva capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros a realizar	Reserva de dividendos não distribuídos					
Saldos em 31 de dezembro de 2017		51.490	(13.158)	7.735	13.223	6.611	90.480	–	156.381	334	156.715	
Resultado abrangente total:												
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	–	(84.241)	(84.241)	(1)	(84.242)	
Transações com os acionistas:												
Remuneração com base em ações das controladas		–	–	–	–	–	–	–	–	62	62	
Mutações internas do patrimônio líquido:												
Aumento de capital proposto		60.320	–	–	–	–	(60.320)	–	–	–	–	
Alteração de participação societária na controlada AES Elpa		–	(10)	–	–	–	–	–	(10)	–	(10)	
Absorção de prejuízos do exercício		–	–	(7.735)	(13.223)	(6.611)	(30.160)	57.730	–	–	–	
Saldos em 31 de dezembro de 2018		111.810	(13.168)	–	–	–	–	(26.511)	72.131	395	72.526	
Resultado abrangente total:												
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	–	(22.394)	(22.394)	–	(22.394)	
Mutações internas do patrimônio líquido:												
Absorção de prejuízos do exercício		13.1	(26.511)	–	–	–	–	26.511	–	–	–	
Transações com os acionistas:												
Venda de participação societária da AES Serviços		1.1	–	17.105	–	–	–	–	17.105	(212)	16.893	
Remuneração com base em ações das controladas		–	–	–	–	–	–	–	–	79	79	
Saldos em 31 de dezembro de 2019		85.299	3.937	–	–	–	–	(22.394)	66.842	262	67.104	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS					
31 de dezembro de 2019 e 2018					
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
		Reapresentado			
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		-	-	-	-
CUSTOS OPERACIONAIS		-	-	-	-
Custo de operação		-	-	-	-
Pessoal e administradores		(606)	(473)	(698)	(578)
Serviços de terceiros		(2.286)	(1.607)	(2.646)	(2.101)
Outras receitas e despesas operacionais		(53)	(55)	(50)	(129)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(2.945)	(2.135)	(3.394)	(2.808)
PREJUÍZO BRUTO		(2.945)	(2.135)	(3.394)	(2.808)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(19.809)	(81.484)	-	-
RESULTADO FINANCEIRO		-	-	-	-
Receitas financeiras	15	3.822	3.275	4.250	4.747
Despesas financeiras	15	(3.462)	(3.897)	(3.745)	(4.792)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		360	(622)	505	(45)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(22.394)	(84.241)	(2.889)	(2.853)
Contribuição social	16	-	-	-	-
Imposto de renda	16	-	-	-	-
TOTAL DOS TRIBUTOS		-	-	-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		(22.394)	(84.241)	(2.889)	(2.853)
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		-	-	(19.505)	(81.389)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(22.394)	(84.241)	(22.394)	(84.242)
Atribuído a acionistas controladores		(22.394)	(84.241)	(22.394)	(84.241)
Atribuído a acionistas não controladores		-	-	-	(1)
Resultado por ação básico e diluído		-	-	-	(1)
Por ação ordinária		(0,04072)	(0,15317)	(0,04072)	(0,15317)
Por ação preferencial		(0,04072)	(0,15317)	(0,04072)	(0,15317)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO					
31 de dezembro de 2019 e 2018					
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
		Reapresentado			
1. RECEITAS		-	-	-	-
Receita bruta de serviços		-	-	-	-
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(2.339)	(1.659)	(2.696)	(2.225)
Outros despesas operacionais		(53)	(52)	(50)	(124)
Serviços de terceiros		(2.286)	(1.607)	(2.646)	(2.101)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO		(2.339)	(1.659)	(2.696)	(2.225)
4. RETENÇÕES		-	-	-	-
Depreciação e amortização		-	-	-	-
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		(2.339)	(1.659)	(2.696)	(2.225)
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		(15.987)	(78.209)	(15.255)	(76.893)
Receitas financeiras		3.822	3.275	4.250	4.496
Resultado de participações societárias		(19.809)	(81.484)	-	-
Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas		-	-	(19.505)	(81.389)
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(18.326)	(79.868)	(17.951)	(79.118)
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		(18.326)	(79.868)	(17.951)	(79.118)
Empregados (Colaboradores)		505	394	582	481
Salários e encargos		505	394	582	481
Tributos (Governo)		101	79	96	96
Federais		101	79	116	96
INSS		101	79	116	96
Remuneração de capitais de terceiros		3.462	3.900	3.745	4.547
Juros		3.462	3.897	3.745	4.541
Aluguéis		-	3	-	6
Remuneração de capitais próprios		(22.394)	(84.241)	(22.394)	(84.242)
Lucros retidos		(22.394)	(84.241)	(22.394)	(84.241)
Participação não controladores nos lucros retidos		-	-	-	(1)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES				
31 de dezembro de 2019 e 2018				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	2019	2018	Consolidado	
			2019	2018
			Reapresentado	
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(22.394)	(84.241)	(22.394)	(84.242)
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(22.394)	(84.241)	(22.394)	(84.242)
Atribuído a quotistas da empresa controladora	-	-	(22.394)	(84.241)
Atribuído a acionistas não controladores	-	-	-	(1)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA				
31 de dezembro de 2019 e 2018				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	Reapresentado			
Atividades operacionais:				
Prejuízo do exercício nas operações em continuidade	(22.394)	(84.241)	(2.889)	(2.853)
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais				
Variação monetária/Cambial	(185)	(51)	(271)	(118)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	186	160	207	232
Juros sobre empréstimos partes relacionadas	(200)	(155)	(200)	(155)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(3.041)	(1.494)	(3.119)	(2.062)
Resultado da equivalência patrimonial	19.809	81.484	-	-
Variação de ativos e passivos operacionais	(2.220)	(11.039)	(2.202)	(1.129)
	(8.045)	(5.336)	(8.474)	(6.085)
Pagamento de processos judiciais e outros	(41.380)	-	(65.360)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(925)	-	-
Dividendos recebidos	-	84.070	-	(1.022)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	3.298	4.970	3.381	5.895
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais continuadas	(46.127)	82.779	(70.453)	(1.212)
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais descontinuadas	-	-	(13.289)	7.398
Total caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais	(46.127)	82.779	(83.742)	6.186
Atividades de investimentos:				
Aumento de capital em controladas	(3.570)	-	-	-
Aplicações em investimentos de curto prazo	(34.950)	(99.428)	(36.214)	(108.336)
Resgates de investimentos de curto prazo	70.092	70.022	71.724	86.447
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	41.181	(160)	65.137	(233)
Empréstimos partes relacionadas	3.568	(3.213)	1.154	(3.213)
Caixa líquido de venda de participação societária	-	-	(235)	-
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de investimentos em continuidade	76.321	(32.779)	101.566	(25.335)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos descontinuadas	-	-	12.170	70.125
Total caixa líquido gerado (usado) nas atividades de investimentos	76.321	(32.779)	113.736	44.790
Atividades de financiamentos:				
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(30.160)	(49.983)	(30.161)	26.587
Redução de capital social	-	-	-	(5)
Partes relacionadas	-	-	(1.157)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos em continuidade	(30.160)	(49.983)	(31.318)	26.582
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de financiamentos descontinuadas	-	-	951	(77.226)
Total caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(30.160)	(49.983)	(30.367)	(50.644)
Varição no caixa líquido da Companhia	34	17	(373)	332
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	61	44	530	115
Saldo de caixa de operações descontinuadas	-	-	-	83
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	95	61	157	530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasiliiana Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 16 de fevereiro de 2007, controlada diretamente pela AES Holdings Brasil Ltda. ("AHB"), sendo esta, por sua vez, uma controlada da The AES Corporation. A Companhia exerce atualmente o controle acionário das seguintes empresas: AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e AES Uruguiana Empreendimentos S.A. ("Uruguiana" ou "Usina") mediante participação direta no capital dessas sociedades. A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

1.1. Venda da controlada direta AES Serviços

Em 08 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou mudança estratégica em seus negócios, com objetivo de reduzir sua exposição ao setor de distribuição de energia elétrica. Como consequência da revisão de sua estratégia, e em função de a então controlada direta AES Serviços TC Ltda. ("AES Serviços") ter como principal atividade a prestação de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, a Administração decidiu incluir o investimento nesta controlada como parte integrante da mudança estratégica aprovada. Desta forma, considerando o cenário da mudança de estratégia da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia adotou o tratamento contábil adequado à esta transação, e apresentou os ativos, passivos e resultado da então controlada AES Serviços como operações descontinuadas.

Durante o semestre findo em 30 de setembro de 2018, a administração da Companhia considerou que a alienação do investimento na então controlada AES Serviços em até um ano a partir da data da classificação para operações descontinuadas não mais se qualifica como altamente provável, e desta forma, adotou tratamento contábil adequado reapresentando os saldos de resultado da então controlada AES Serviços em operações continuadas. No dia 14 de maio de 2019 foi assinado o contrato de compra e venda de quotas da AES Serviços no qual celebra, após o cumprimento das condições precedentes, que a Companhia se compromete a vender a sua controladora direta AES Holdings do Brasil Ltda., o total de 29.172.238 quotas, equivalente a aproximadamente 99,99% do capital social da AES Serviços, pelo valor total de R\$ 1,00. A distribuição ao sócio foi efetivada em 01 de julho de 2019, após o cumprimento das condições precedentes. Assim, a partir desta data, o investimento no balanço da controladora e todos os ativos e passivos demonstrados no quadro abaixo, no balanço consolidado, deixaram de ser reconhecidos pela Companhia:

	30.06.2019
ATIVO	
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	180
Contas a receber	208
Tributos e contribuições sociais compensáveis	1.317
Outros ativos circulantes	871
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	2.576
NÃO CIRCULANTE	
Cauções e depósitos vinculados	971
Outros ativos não circulantes	2.238
Imobilizado, líquido	1.311
Intangível, líquido	7
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.527
TOTAL DO ATIVO	7.103

	30.06.2019
PASSIVO	
CIRCULANTE	
Fornecedores	10.200
Tributos e contribuições sociais a pagar	783
Partes relacionadas	953
Obrigações sociais e trabalhistas	1.072
Provisões para processos judiciais e outros	675
Outras obrigações	7.105
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	20.788
NÃO CIRCULANTE	
Provisão para processos judiciais e outros	1.887
Outras obrigações	1.321
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.208
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital social subscrito e integralizado	32.741
Reservas de capital	212
Prejuízos do período	(49.846)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(16.893)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.103

No momento da operação, devido ao patrimônio líquido negativo da AES Serviços, havia na controladora uma provisão para perda de investimento no valor de R\$ 16.893. Como resultado da venda, esse montante foi reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido da própria controladora, não gerando portanto, efeitos no resultado. Na demonstração de resultado consolidado, os valores do quadro abaixo foram demonstrados na rubrica de operações descontinuadas:

	01.01.2019 a 31.12.2019
	AES Serviços
Receita líquida	11.019
Custos operacionais	(12.766)
Pessoal, material e serviço de terceiros	(809)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	2.185
Reversão para redução ao provável valor e de realização de ativos	(654)
Depreciação e amortização	(2.656)
Outras	(3.691)
Total dos custos operacionais	(14.710)
Resultado do serviço	(3.691)
Receitas financeiras	18
Despesas financeiras	3.480
Variação cambiais, líquidas	1
Resultado antes dos tributos	(192)
Imposto de renda/Contribuição social e diferido	(1)
PREJUÍZO DO PERÍODO	(193)

Para fins de comparabilidade, os saldos de 31 de dezembro de 2018 foram reapresentados como operações descontinuadas nestas demonstrações contábeis, conforme divulgado nota explicativa nº 1.3.

1.2. Ativos e passivos disponíveis para venda

Em dezembro de 2019, com o objetivo de maximizar o retorno dos investimentos da Companhia, após análise dos cenários alternativos ao atual estado de hibernação da usina da controlada AES Uruguiana, incluindo os respectivos gastos de manutenção, a administração passou a enviar esforços no sentido de viabilizar a alienação da controlada. O nível hierárquico de gestão está comprometido com o plano de venda do ativo. Caso a venda desta não ocorra, a desmobilização da planta passará a ser a alternativa adotada pela Companhia, ambos esperados dentro de um ano. Desta forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou os ativos e passivos da controlada AES Uruguiana como ativos não circulantes mantidos para venda. O grupo de ativos mantido para venda está disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda.

	31.12.2019
ATIVO	
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	55
Investimentos de curto prazo	88.813
Tributos e contribuições sociais compensáveis	794
Outros ativos circulantes	906
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	90.568
NÃO CIRCULANTE	
Tributos e contribuições sociais compensáveis	24.433
Cauções e depósitos vinculados	3.685
Outros ativos não circulantes	1.126
Imobilizado, líquido	263.964
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	(263.964)
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	29.244
TOTAL DO ATIVO	119.812

	31.12.2019
PASSIVO	
CIRCULANTE	
Fornecedores	1.230
Tributos e contribuições sociais a pagar	71
Obrigações sociais e trabalhistas	765
Outras obrigações	805
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	2.871
NÃO CIRCULANTE	
Provisão para processos judiciais e outros	94.327
Obrigações sociais e trabalhistas	73
Outras obrigações	787
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	95.187
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital social subscrito e integralizado	73.417

	31.12.2019
	Uruguiana
Reservas de capital	262
Prejuízos do período	(51.925)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.754
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	119.812

Na demonstração de resultado consolidado, os valores do quadro abaixo foram demonstrados na rubrica de operações descontinuadas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.4.1, a controlada Uruguiana mantém provisão integral para redução ao provável valor de recuperação do seu ativo imobilizado.

2.2 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Companhia adota políticas de gerenciamento de caixa com objetivo de minimizar o seu risco de liquidez. Contudo, como sua principal atividade é exercer o controle acionário de outras entidades, seu fluxo de caixa depende de dividendos recebidos de suas controladas. Caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seus acionistas.

- Controlada AES Elpa

Devido à reorganização societária mencionada na nota explicativa 1.4.2, a controlada AES Elpa deixou de possuir qualquer investimento em outras sociedades. Desta forma, a fonte de recebimento de caixa advinda de dividendos deixou de existir. Como forma de mitigar seu risco de liquidez, a controlada AES Elpa possui uma política de gerenciamento de caixa, incluindo determinação de saldo mínimo de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade de recursos financeiros. A Administração da controlada AES Elpa, tendo por base projeções de fluxo de caixa dos próximos doze meses e considerando o baixo nível de compromissos de curto prazo previstos e seu nível atual de disponibilidades, entende que não haverá insuficiência de caixa no curto prazo.

- Controlada AES Uruguiana

Devido ao cenário de operação da usina mencionado na nota explicativa 1.4.1, a controlada deixou de receber caixa operacional. Como forma de mitigar seu risco de liquidez, até que os planos da Administração apresentados na nota 1.2 sejam colocados em ação, a controlada AES Uruguiana possui uma política de gerenciamento de caixa, incluindo determinação de saldo mínimo de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade de recursos financeiros. A Administração da controlada AES Uruguiana, tendo por base projeções de fluxo de caixa dos próximos doze meses e seu nível atual de disponibilidades, entende que não haverá insuficiência de caixa no curto prazo.

Sistema Empresas.Net

Nos quadros individuais e consolidados da "Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido" do Sistema "Empresas.Net" utilizado para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e B3, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a "Outros Resultados Abrangentes", e o aumento de capital proposto, embora não corresponda a "Reservas de Lucros", estão apresentados nas colunas com estas indicações, visto que não há opções mais apropriadas para as apresentações no referido quadro.

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data-base dos balanços.

2.4 Critérios de consolidação

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme aquelas utilizadas pelas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes de acordo com as práticas do mercado.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

As seguintes entidades são consideradas como controladas da Companhia e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		2019	2018
Participação direta:			
Elpa	Holding	100%	100%
AES Serviços Uruguiana	Serviços	–	100%
	Geração Termoeétrica	100%	100%

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Instrumentos Financeiros

(a) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica "Investimentos de curto prazo".

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, pois de acordo com o modelo de negócios, o objetivo desta aplicação é receber fluxos de caixas com rendimento ou pela venda. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado. Dessa forma, não há reconhecimento de valor justo em outros resultados abrangentes.

(b) Contas a receber e outras contas a receber

Os saldos de contas a receber de clientes, são classificados como instrumentos financeiros "recebíveis". Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva ("custo amortizado") e podem ser reduzidos por ajustes de créditos de liquidação duvidosa.

Os saldos de contas a receber incluem valores faturados, referentes aos serviços de distribuição e venda de energia elétrica. Incluem ainda os saldos referentes ao uso do sistema de distribuição por clientes livres e de energia vendida no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

(c) Cauções e depósitos vinculados

São registrados inicialmente pelo montante depositado e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, os quais são reconhecidos no resultado financeiro.

(d) Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Conforme descrito na nota explicativa nº 18.1, são classificados como fornecedores, contas a pagar por compra de energia - CCEE, Encargos setoriais e dividendos e juros sobre capital próprio a pagar como passivos financeiros. Todos os passivos financeiros estão reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.

3.2 Imobilizado

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente. Esta taxa de depreciação leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data-base de 31 de dezembro de 2019. Na medida em que a depreciação é registrada contra o resultado do exercício, a provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes também é revertida contra o resultado do exercício, tornando-se nulo o efeito no resultado.

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pelas controladas (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não-circulante, conforme o caso. Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados ou amortizados de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dos dois o menor.

O resultado na alienação é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo líquido da respectiva depreciação acumulada e é reconhecido no resultado do exercício.

Na controlada Uruguiana, conforme comentado na nota explicativa nº 1.44.1, o ativo imobilizado encontra-se integralmente provisionado, sem uma previsão de reversão ao seu valor de custo.

3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou longa duração (ativo imobilizado)

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019, exceto quanto aos ativos imobilizados das controladas Uruguiana, não foi identificado nenhum outro evento, através de informações extraídas de fontes internas e externas, indicando a existência de eventuais perdas por redução ao provável valor recuperável dos ativos.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor de uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC).

Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Na controlada Uruguiana, conforme comentado na nota explicativa nº 1.4.1, o ativo imobilizado encontra-se integralmente provisionado, sem uma previsão de reversão ao seu valor de custo.

3.4 Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, para fins de demonstrações contábeis da controladora (individuais).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas coligadas.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das coligadas.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas na mesma data-base que as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer provisão ao provável valor de recuperação ou provisão para valor de patrimônio negativo sobre o investimento da Companhia em sua controlada.

3.5 Provisões para processos judiciais

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

3.6 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) -1,65% (regime não cumulativo);
 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) -7,6% (regime não cumulativo);
- Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.7 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e as bases fiscais de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em exercício inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de Administração da Companhia e suas controladas.

Na medida em que se torne provável haver lucros tributáveis futuros suficientes, a Companhia e suas controladas reconhecem um acréscimo no imposto diferido ativo proporcionalmente a esses lucros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos por entidade em razão de os impostos diferidos serem relacionados somente aquela entidade e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

3.8 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.9 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante, se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado como não circulante.

3.10 Reconhecimento da receita

A receita de venda e a receita de serviços incluem somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia e suas controladas. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva pelo prazo decorrido sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.11 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode resultar em um ajuste significativo no valor contábil do correspondente ativo ou passivo em períodos futuros, principalmente, devido a mudanças nas circunstâncias ou a fatos novos.

As principais premissas e estimativas adotadas pela Companhia e suas controladas na elaboração das demonstrações contábeis são discutidas a seguir.

(a) Vida útil dos bens do imobilizado

Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com o menor entre a sua vida útil econômica estimada, os critérios definidos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012 ou o prazo contratual do arrendamento mercantil.

(b) Perda por redução ao provável valor de recuperação de ativos não circulantes ou de longa duração

Uma perda por redução ao provável valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.1, o cálculo do valor justo menos os custos de vendas é baseado em informações disponíveis no mercado e o cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. A Administração da Companhia e suas controladas concluíram que não houve alteração no ambiente econômico-financeiro para possibilitar uma revisão dessa provisão (vide nota explicativa nº 1.4.1) para a controlada AES Uruguiana.

(c) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

(d) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados, estão descritos na nota explicativa nº 18.1.

(e) Provisão para litígios

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.1(d), a Companhia e suas controladas reconhecem provisão para litígios quando é provável que haja uma saída de recursos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, às eventuais mudanças nas circunstâncias ou a fatos novos. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

3.12 Novos pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2019

As seguintes alterações de normas e interpretações não tiveram um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas.

- IFRIC 23/CPC 22: Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil. Substituiu o CPC 06 (R1)/IAS 17.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Tipo de operação				
Numerário disponível	95	61	157	530
Total	95	61	157	530
Investimentos de curto prazo				
Tipo de operação				
CDB-DI	34.845	70.179	36.001	176.148
Operação compromissada	–	–	–	830
Total	34.845	70.179	36.001	176.978
Total geral	34.940	70.240	36.158	177.508

Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em média, no caso da Companhia a 99,31% do CDI (99,50 % em 31 de dezembro de 2018) e na controlada a 100,27% do CDI (78,72% a 98,78% em 31 de dezembro de 2018).

5. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018

CIRCULANTE				
Imposto de renda	–	2.178	–	4.465
Contribuição social	–	17	–	299
Imposto de renda retido na fonte	20	73	21	4.345
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	–	–	–	213
COFINS	–	–	–	332
PIS	–	–	–	72
Total	20	2.268	21	9.726
NÃO CIRCULANTE				
Imposto de renda	2.243	–	4.202	12.552
Contribuição social	20	–	21	4.473
Imposto de renda retido na fonte	611	–	626	1.339
Total	2.874	–	4.849	18.364

A Companhia e suas controladas são tributadas pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL).

O saldo de imposto de renda e contribuição social compensáveis na Companhia, referem-se principalmente a créditos fiscais de anos anteriores. A Companhia e suas controladas, protocolaram pedidos de restituição junto à Receita Federal do Brasil e a realização desses ativos ocorrerá após o deferimento dos pedidos de restituição ou da sua compensação com outros débitos relativos a tributos federais por meio do sistema PER/DCCOMP e, nos termos da Instrução Normativa RFB 1.717/2017. Devido à incerteza quanto ao prazo de resposta dos pedidos de restituição ou compensação, durante o exercício de 2019, a Companhia e sua controlada passou a reconhecer esses saldos como não circulante, sendo realocado o saldo de IRPJ no montante de R\$ 4.202 e CSLL no montante de R\$ 21.

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018

CIRCULANTE				
Despesas pagas antecipadamente	1.923	1.785	1.923	2.876
Adiantamentos a empregados	–	–	–	109
Almozarifado	–	–	–	654
Outros	–	–	7	46
Total	1.923	1.785	1.930	3.685
NÃO CIRCULANTE				
Despesas pagas antecipadamente	2.039	2.519	2.039	4.466
Restituições de impostos a receber	–	–	–	2.223
Total	2.039	2.519	2.039	6.689

7. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018

Participações societárias permanentes

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, é demonstrada abaixo:

	Consolidado								Total líquido consolidado		
	Terrenos	Termoelétrica em operação	Peças sobressalentes	Materiais em depósito	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Arrendamento financeiro		Em curso	Depreciação
Saldo em 31 de dezembro de 2017	380	583.277	154.868	14.790	-	266	8.527	-	295	(425.127)	337.276
Adições	-	-	-	-	8	-	-	2.005	-	(24.621)	(22.608)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	(468)	-	-	-	-	(38)	452	(54)
Efeito das operações descontinuadas	-	-	-	-	124	11.412	200	2.278	12	(4.916)	9.110
Saldo em 31 de dezembro de 2018	380	583.277	154.868	14.322	132	11.678	8.727	4.283	269	(454.212)	323.724
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	211	(23.003)	(22.792)
Baixas (i)	-	-	-	-	-	(6.546)	-	(4.283)	-	4.951	(5.878)
Outras baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	(269)	-	(269)
Outras baixas de inventário (nota 1.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.415	(27.933)
Ativos disponíveis distribuídos aos sócios (nota nº 1.1)	-	(33.797)	-	-	(132)	(4.866)	(200)	-	-	2.405	(2.793)
Ativos de operação descontinuada (nota 1.2)	(285)	(549.480)	(154.868)	(14.322)	-	(266)	(6.976)	-	(211)	462.444	(263.964)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	95	-	-	-	-	-	-	-	-	-	95

(i) Ao longo do mês de junho de 2019, a então controlada AES Serviços realizou um leilão para a liquidação de 23 caminhões, resultando em uma baixa líquida de R\$ 3.804. No mesmo período, reconheceu a baixa líquida dos contratos de leasing de R\$2.074, devido a interrupção dos contratos, resultando em uma baixa líquida total de R\$ 5.878.

8.2. Provisões para redução ao provável valor de realização de ativos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2.1, a controlada Uruguiana por força de contrato com seus clientes e, em consequência das dificuldades operacionais que vem enfrentando, principalmente relacionadas ao fornecimento de gás, concluiu que havia a necessidade de uma análise sobre a recuperação dos seus ativos não circulantes, assim como o registro de provisão para cobrir perdas esperadas no cumprimento das condições dos contratos de fornecimento assinados com seus clientes e fornecedores.

O saldo de provisões para redução ao provável valor de realização de ativos refere-se ao imobilizado, no montante de R\$ 263.964 (R\$ 317.962 em 31 de dezembro de 2018), integralmente referente à controlada Uruguiana.

9. FORNECEDORES

A composição da conta de fornecedores é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
CIRCULANTE				
Materiais e Serviços	282	2.314	299	12.921
Energia de curto prazo e energia livre	-	-	-	332
Total	282	2.314	299	13.253

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Consolidado	
	2019	2018
CIRCULANTE		
Encargos setoriais - TSFEE	-	137
Pesquisa e desenvolvimento	-	1.162
Multa compensatória Metlife (i)	-	4.836
Perdas em inventários de estoques (ii)	-	1.205
Outras obrigações	-	4
Subtotal	-	7.344

	Consolidado	
	2019	2018
NÃO CIRCULANTE		
Pesquisa e desenvolvimento	-	1.317
PIES - Parcelamento de PIS e COFINS	-	700
Tributos diferidos passivos	-	9
Outras obrigações	-	3
Subtotal	-	2.029
Total	-	9.373

(i) O processo de recuperação judicial, resultava em vencimento antecipado do Acordo de Cooperação para Oferta de Produtos Securitários, Arrecadação de Prêmio de Seguros e outras Avenças que foi celebrado em 14 e novembro de 2014 entre a então controlada AES Serviços e a Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. ("Metlife"). O vencimento antecipado, conforme previsto em cláusula contratual, ensejaria a cobrança de multa compensatória, desta forma, com base na melhor estimativa da administração em 31 de dezembro de 2018, foi provisionado o montante de R\$ 4.836. Em 14 de Novembro de 2018, a então controlada AES Serviços foi notificada acerca do pedido de instalação de procedimento arbitral, no qual a MetLife pleiteia o valor inicial de R\$ 18.883. Em 5 de julho de 2019, com base no acordo firmado do qual extingue qualquer obrigação prevista na arbitragem, os valores reconhecidos como devidos foram de R\$ 5.900.

(ii) Corresponda ao ressarcimento que seria feito à Eletropaulo, devido às perdas nos inventários de estoques que encontravam-se no controle da então controlada AES Serviços. As transações com a Eletropaulo estavam sendo demonstradas como parte relacionada até 04 de junho de 2018, quando a Eletropaulo foi vendida pela controladora direta AHB para a Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A..

11. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

11.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivas cauções e depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Controladora			
	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros	Cauções e depósitos vinculados	2019	2018
Fiscal				
PIS/Cofins - JSCP (a.1)	-	40.933	-	40.933
PIS/Cofins - sobre receitas financeiras (a.2)	2.781	2.472	3.397	2.455
Total	2.781	43.405	3.397	43.388
Não Circulante	2.781	43.405	-	-
Total	2.781	43.405	-	-

	Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros	Cauções e depósitos vinculados	2019	2018
Fiscal				
PIS/Cofins - JSCP (a.1)	-	64.655	-	64.656
PIS/Cofins - sobre receitas financeiras (a.2)	3.353	5.114	3.973	4.875
Trabalhista	-	1.674	-	911
Ação judicial período de dezembro de 2000 a março de 2002 CCEE (b)	-	85.615	-	-
Total	3.353	157.058	3.973	70.442
Circulante	-	606	-	-
Não Circulante	3.353	156.452	-	-
Total	3.353	157.058	-	-

O total de cauções e depósitos vinculados existentes em 31 de dezembro de 2019 estão demonstrados a seguir de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado:

	Controladora		Consolidado	
	Cauções e Depósitos Vinculados		Cauções e Depósitos Vinculados	
	2019	2018	2019	2018
Processos prováveis	3.397	43.388	3.973	70.442
Processos possíveis	-	21	-	1.348
Processos remotos	-	576	-	642
Total	3.397	43.985	3.973	72.432

A movimentação das provisões dos processos judiciais e outros é como segue:

	Controladora				
	Saldo em 2018	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Saldo em 2019
Fiscal					
PIS/Cofins - JSCP (a.1)	40.933	-	447	(41.380)	-
PIS/Cofins - sobre receitas financeiras (a.2)	2.472	186	123	-	2.781
Total	43.405	186	570	(41.380)	2.781

	Controladora				
	Saldo em 2017	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Saldo em 2018
Fiscal					
PIS/Cofins - JSCP (a.1)	39.430	-	1.503	-	40.933
PIS/Cofins - sobre receitas financeiras (a.2)	2.182	160	130	-	2.472
Total	41.612	160	1.633	-	43.405

	Consolidado						
	Saldo em 2018	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Venda de participação societária da AES Serviços	Passivos de operação descontinuada	Saldo em 2019
Fiscal							
PIS/Cofins - JSCP (a.1)	64.655	-	705	(65.360)	-	-	-
PIS/Cofins - sobre receitas financeiras (a.2)	5.114	207	146	-	(134)	(1.980)	3.353
Trabalhista	1.674	-	-	-	(1.494)	(180)	-
Ação judicial período de dezembro de 2000 a março de 2002 CCEE (b)	85.615	-	-	-	-	(85.615)	-
Total	157.058	207	851	(65.360)	(1.628)	(87.775)	3.353

	Consolidado						
	Saldo em 2017	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Efeito da Descontinuidade	Saldo em 2018
Fiscal							
PIS/Cofins - JSCP (a.1)	62.286	-	2.369	-	-	-	64.655
PIS/Cofins - sobre receitas financeiras (a.2)	3.942	790	266	-	-	116	5.114
Trabalhista	167	700	138	(188)	(280)	1.137	1.674
Ação judicial período de dezembro de 2000 a março de 2002 CCEE (b)	-	37.766	47.849	-	-	-	85.615
Total	66.395	39.256	50.622	(188)	(280)	1.253	157.058

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

(a) **Fiscal**
(a.1) **PIS/COFINS:** A Companhia e sua controlada AES Elpa possuem processos que discutem a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores distribuídos a título de Juros sobre Capital Próprio. Para ambas as Companhias, foram proferidas decisões desfavoráveis de 1ª e 2ª instância. Em outubro de 2017, foi proferida decisão que negou seguimento ao recurso especial e não admitiu o recurso extraordinário da Companhia. Em decorrência, foram interpostos os recursos de agravo. Em outubro de 2018, foi proferida decisão que negou provimento aos agravos interpostos, remetendo o processo para a 1ª instância. Em maio de 2019, o processo foi arquivado e o respectivo saldo de depósitos judiciais foi transferido à União Federal.

(a.2) **PIS/COFINS sobre receitas financeiras:** A Companhia e suas controladas discutem judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1 de julho de 2015. Enquanto não se tem decisão de mérito a Companhia e suas controladas vêm efetuando depósitos judiciais sobre os valores em discussão judicial. Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia e suas controladas, estimam como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Além disso, por se tratar de obrigação legal, a Companhia e suas controladas, efetuaram provisão para o referido valor. A Administração da Companhia e de suas controladas, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído em 2021.

(b) **Liquidação de Transações de Compra e Venda de Energia período de dezembro de 2000 a março de 2002 - CCEE**
A controlada Uruguiana ingressou com ação em face da ANEEL, do ONS e da CCEE, visando (i) a declaração de que as paralisações para a antecipação de manutenção de suas usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, são passíveis de ressarcimento via Encargos de Serviços de Sistema- ESS; (ii) a declaração acerca da ilegalidade e da inconstitucionalidade do

Despacho nº 116/2002 da ANEEL, com a consequente manutenção dos preços praticados pela controlada Uruguiana em junho de 2001; (iii) a condenação da ANEEL em aplicar as paralisações para antecipação de manutenção das usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, o sistema de ressarcimento ESS; e (iv) a condenação do MAE/CCEE a refazer a contabilização e liquidação das operações da controlada Uruguiana, levando em consideração o ressarcimento de suas paralisações para antecipação de manutenção e os preços de comercialização de energia elétrica praticados por ela em junho de 2001.

No procedimento cautelar foi proferida decisão concedendo a liminar pleiteada pela controlada Uruguiana, que determinou a suspensão da exigência dos valores, objeto de escrituração pela CCEE, antigo MAE, posteriormente, sobrevido sentença confirmando a decisão liminar para julgar procedente a medida cautelar. Em decorrência, foram interpostos recursos de apelação pela ONS e CCEE.

Em relação ao procedimento principal, o qual discute o mérito das alegações suscitadas pela controlada Uruguiana, em fevereiro de 2014 sobrevido sentença de 1ª instância julgando improcedentes os pedidos da controlada Uruguiana, contra a qual foi interposto recurso de apelação em 12 de março de 2014.

Em 16 de dezembro de 2015, julgando o recurso da controlada Uruguiana, o TRF da 1ª Região proferiu decisão desfavorável à controlada Uruguiana. A referida decisão foi publicada em 25 de abril de 2016.

No dia 03 de maio de 2016, a controlada Uruguiana apresentou embargos de declaração, com caráter infringente, requerendo a modificação da decisão e a atribuição de efeito suspensivo à mesma.

Em 21 de junho de 2017, na ação cautelar, foi apreciada a apelação do ONS e CCEE pelo TRF da 1ª Região, ocasião em que foi considerado prejudicado o julgamento da cautelar e, consequentemente extinta a ação cautelar. A controlada Uruguiana opôs embargos de declaração sustentando a manutenção da liminar, vez que ainda não houve julgamento definitivo da ação principal.

Em 25 de julho de 2017, foi proferida decisão favorável à controlada Uruguiana, a qual concedeu a tutela cautelar determinando efeito suspensivo aos seus embargos de declaração.

Em novembro de 2018, o processo foi encaminhado para novo relator. Em dezembro de 2018, após movimentações processuais, o escritório entendeu por bem alterar o prognóstico do caso de perda possível para provável.

Como consequência, os saldos de contas a receber e a pagar relativos as transações da CCEE nos montantes de R\$ 33.121 e R\$ 70.887, respectivamente, foram reclassificadas para provisões para processos judiciais que atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM totalizam R\$91.880 em 31 de dezembro de 2019 (R\$85.615 em 31 de dezembro de 2018).

11.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia e suas controladas apresentam a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e de suas controladas.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fiscal				
771.464	674.668	771.464	727.935	
Não determinado	Não determinado	-	-	
Total	771.464	674.668	771.464	727.935

(i) Os processos cíveis não possuem valor quantificável e por isso deve-se considerar os saldos como não determinado para o período findo em 31 de dezembro de 2019.

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

Fiscal

Auto de infração - aproveitamento de prejuízo fiscal

Em 02 de junho de 2010, a Companhia recebeu o Auto de Infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), exigindo o recolhimento de aproximadamente R\$585.748 atualizado até 30 de dezembro de 2019 (R\$569.406 em 31 de dezembro de 2018) relativos a IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL compensados com débitos tributários sem a aplicação do limite legal de 30% estabelecido na Lei 9.065/95, motivada pela incorporação da empresa AES Transgás Empreendimentos S.A.

Em sua defesa, a Companhia apresentou Impugnação Administrativa alegando, em síntese, que, por absoluta ausência de previsão legal, a limitação imposta pela Lei nº 9.065/95 não se aplica aos casos de incorporação, uma vez que, com a extinção da empresa incorporada, a integralidade do crédito não poderia ser compensada em exercício posterior. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável à Companhia em 1ª instância. Em 2ª instância, foi apresentado Recurso Voluntário, para o qual foi proferida decisão desfavorável em outubro de 2012. Por consequência de tal decisão desfavorável, em outubro de 2012, a Companhia apresentou Embargos de Declaração. Em maio de 2015, foi proferida decisão que acolheu os embargos de declaração para negar provimento ao recurso voluntário. Em seguida, foi interposto recurso especial. Em março de 2016, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso especial. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em abril de 2016, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração da Companhia. Como não existia mais a possibilidade de recurso administrativo, em maio de 2016, a Companhia impetrou Mandado de Segurança com o intuito de continuar discutindo judicialmente a questão. Em novembro de 2016 foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável à Companhia. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação. Em maio de 2018, a empresa foi citada nos autos da execução fiscal que visa a cobrança dos débitos em questão. Em decorrência, foi solicitada a transferência da garantia para a execução e opostos embargos à execução fiscal, os quais encontram-se pendentes de julgamento.

Compensações administrativas - saldos negativos de IRPJ e CSLL

Em 11 de janeiro de 2011, a Companhia apresentou recurso administrativo em face do Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no ano-calendário de 2006, em razão da incorporação da AES Tietê Empreendimentos, e compensados com débitos de IRPJ e CSLL. O não reconhecimento dos créditos compensados decorre do entendimento da Receita Federal de que, para os casos de aproveitamento de prejuízo fiscal, deve-se respeitar o limite legal de 30% por ano-calendário. O principal argumento sustentado pela Companhia é a ausência de vedação legal para o caso específico de incorporação, onde a sociedade incorporada se extingue no mesmo ano-calendário. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável na 1ª instância administrativa. Em decorrência, foi interposto recurso voluntário.

Em agosto de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância administrativa que deu parcial provimento a este recurso. Em julho de 2017, foram opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Em março de 2018, a Companhia interps recurso especial. Em outubro de 2018, foi proferida decisão que negou seguimento ao recurso especial. Com o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável a Companhia, em janeiro de 2019, foi distribuída ação judicial para apresentar seguro garantia, para fins de suspensão da exigibilidade do débito, e, posteriormente, possibilitar a discussão judicialmente do mérito da questão.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Receita Federal exigirá o pagamento de aproximadamente R\$78.363 atualizado até 31 de dezembro de 2019 (R\$70.180 em 31 de dezembro de 2018).

Compensações administrativas - créditos de IRRF

Em junho de 2010, a Companhia foi intimada de Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, existentes em função da distribuição de Juros sobre Capital Próprio - J

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.2 Composição acionária

	2019		2018	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	253.846.155	50,00	253.846.155	50,00
BNDESPar	253.846.154	50,00	253.846.154	50,00
Total das ações	507.692.309	100,00	507.692.309	100,00
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	6	-	6	-
BNDESPar	42.307.693	100,00	42.307.693	100,00
Total das ações	42.307.699	100,00	42.307.699	100,00

13.3 Reservas

	2019	2018
Reservas de capital:		
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital (i)		(7.481)
Transferência de investimento entre sócios (ii)		11.130
Efeito de alteração de participação em controlada (iii)	(16.817)	(16.817)
Venda de participação societária da AES Serviços (iv)	17.105	-
Total	3.937	(13.168)

(i) A Reorganização Societária ocorrida em 31 de dezembro de 2016 foi precedida de uma capitalização AFAC registrado no patrimônio líquido da controlada AES Elpa em nome da Companhia, no valor de R\$ 429.200, sendo que tal capitalização deu-se sem a emissão de novas ações pela controlada AES Elpa, não havendo, portanto, diluição de seus acionistas não controladores. O montante de R\$ 7.481 representa a participação de acionistas não controladores no adiantamento para futuro aumento de capital da controlada AES Elpa, na proporção de 1,74% do capital total sobre o referido AFAC. Por se tratar de transação de capital envolvendo acionistas não controladores, este montante foi registrado no patrimônio líquido como reserva de capital. Para maiores detalhes vide nota explicativa 1 das Demonstrações Contábeis referente ao exercício de 31 de dezembro de 2017.

(ii) Em 13 de junho de 2006, a AHB e BNDESPAR celebraram um Instrumento Particular de Transações e outras Avenças, por meio do qual foi cancelada a opção para que fossem transferidas as ações de emissão da AES Sul ("Opção") de titularidade do Grupo AES para a Brasiliiana Energia S.A. (companhia com participações da AHB e BNDESPAR). Em contrapartida ao cancelamento da Opção, o instrumento determinou a transferência do investimento na AES Serviços para a Brasiliiana Energia S.A. Após eventos de reorganizações societárias, o investimento foi transferido para a Companhia. Por se tratar de uma transação de capital, a Companhia registrou a contrapartida do recebimento do investimento em conta específica no patrimônio líquido, uma vez que esta transação foi considerada transação de capital, ou seja, transações com sócios na qualidade de proprietário, não resultando em perda de controle.

(iii) Em 30 de dezembro de 2016 (vide nota nº 1) devido à reorganização societária ocorrida, foi assegurado o direito de receso aos acionistas da controlada AES Elpa que dissertaram da aprovação da Cisão Parcial da Companhia, nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações, com pagamento de reembolso calculado com base no valor contábil de suas ações apurado a partir das informações financeiras da controlada AES Elpa levantadas em 31 de dezembro de 2015 e divulgadas em 1º de março de 2016. Os acionistas da controlada AES Elpa titulares de 1.113.626 ações ordinárias efetivamente exerceram o seu direito de retirada. O pagamento foi realizado em 3 de fevereiro de 2017 sendo o efeito reflexo registrado na Companhia nesta data, como reserva de capital.

Em 20 de abril de 2017 em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada foi aprovado o cancelamento das 1.113.626 ações ordinárias de emissão da controlada AES Elpa, as quais representavam 1,17% do seu capital social. O número total de ações da controlada AES Elpa passou de 95.061.053 para 93.947.427 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal. Sendo assim, a Companhia alterou de 98,26% para 99,42% a sua participação na referida controlada.

O valor da recompra de ações foi de R\$ 17.105, sendo reconhecido pela controlada AES Elpa como redução de capital social, e a Companhia por sua vez, reconheceu o efeito reflexo em seu patrimônio líquido na rubrica "Efeito de alteração de participação em controlada", o montante de R\$ 16.807.

Em 8 de outubro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o resgate de 543.313 ações ordinárias, as quais representavam a totalidade das ações de emissão da controlada AES Elpa que remanesceram em circulação após o leilão da OPA. O número total de ações da controlada AES Elpa passou de 93.947.427 para 93.404.113 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal. Sendo assim, a Companhia alterou de 99,42% para 100% a sua participação na referida controlada.

Com o respectivo e posterior cancelamento das ações houve a redução do capital social da controlada AES Elpa no montante de R\$ 5, e a Companhia por sua vez, reconheceu o efeito reflexo em seu patrimônio líquido na rubrica "Efeito de alteração de participação em controlada", o montante de R\$ 10.

(iv) No dia 14 de maio de 2019 foi assinado o contrato de compra e venda de quotas da AES Serviços para a AES Holdings do Brasil Ltda. no qual foi efetivado após o cumprimento das condições precedentes plenamente atendidas em 01 de julho de 2019, conforme comentado na nota explicativa nº 1.41.

14. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias. Os valores de resultado por ação nas tabelas abaixo contemplam essa condição.

A tabela a seguir apresenta o resultado básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Numerador:		
Resultado líquido do exercício	(22.394)	(84.241)
Resultado líquido do exercício	(22.394)	(84.241)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	507.692	507.692
Média ponderada do número de ações preferenciais	42.308	42.308
Resultado por ação		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	(0,04072)	(0,15317)
Resultado básico e diluído por ação preferencial	(0,04072)	(0,15317)
Do resultado líquido do exercício		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	(0,04072)	(0,15317)
Resultado básico e diluído por ação preferencial	(0,04072)	(0,15317)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas informações contábeis.

A Companhia não possui nenhum instrumento que tem efeito diluidor. Desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído.

15. RESULTADO FINANCEIRO

	Reapresentado			
	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	3.041	1.494	3.119	2.062
Atualização de créditos tributários	162	43	244	127
Atualização de depósitos judiciais	593	1.647	878	2.539
PIS e COFINS sobre receita financeira	(186)	(160)	(207)	(232)
Juros sobre mútuo com a AES Serviços	200	251	200	251
Outras	12	-	16	-
Total	3.822	3.275	4.250	4.747
Despesas Financeiras				
Cartas de fiança e seguros garantia	(2.889)	(2.238)	(2.889)	(2.238)
Atualização monetária de processos judiciais (nota nº 11.1)	(570)	(1.633)	(851)	(2.527)
Outras despesas financeiras	(3)	(26)	(5)	(27)
Total	(3.462)	(3.897)	(3.745)	(4.792)
Total resultado financeiro	360	(622)	505	(45)

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

18.1 Instrumentos financeiros

18.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, são como segue:

	Consolidado			
	2019		2018	
	Notas	Valor contábil	Valor justo	Categoria CPC 38/IAS 39
ATIVO (Circulante e não circulante)				
Caixa e equivalentes de caixa	4	157	157	Empréstimos e recebíveis
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	4	36.001	36.001	Ativos financeiros disponíveis para venda
Contas a receber		-	-	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	11	3.973	3.973	Empréstimos e recebíveis
Total		40.131	40.131	
PASSIVO (Circulante e não circulante)				
Fornecedores	9	299	299	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos setoriais	10	-	-	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	17	32	32	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total		331	331	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas. CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação. O valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e suas controladas optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao do valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia e suas controladas não possuíam quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

18.2 Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros, registrados a valor justo por meio de resultado, conforme método de mensuração:

	Consolidado						
	2019			2018			
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração	
Nível 1		Nível 2	Nível 3	Nível 1		Nível 2	Nível 3
ATIVO							
Investimentos de curto prazo	36.001	-	36.001	-	176.978	-	176.978
Total - Ativo	36.001	-	36.001	-	176.978	-	176.978

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado: Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houveram transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

18.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia e da controlada Uruguiana, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Gestão de Riscos - aplicável para Companhia e controlada Uruguiana
É de responsabilidade do Conselho de Administração deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria Executiva exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégicos, financeiros, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria Executiva também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas. Para assessoramento da Diretoria Executiva, existe o Comitê de Gestão de Riscos, que tem como principal objetivo a supervisão e monitoramento do processo de riscos reportados pela área de gestão de riscos, onde são avaliados e validados os modelos de Gestão de Risco, o portfólio e os riscos relevantes da Companhia e de sua controlada Uruguiana além de aprovar metas e ações e priorizar recursos para mitigação dos riscos aos qual a Companhia e sua controladas Uruguiana estão expostas.

Entre as competências do Conselho Fiscal, cabe ao mesmo acompanhar e discutir o processo formal de gestão de riscos efetuado pela Administração.

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia e de sua controlada Uruguiana, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia e sua controlada Uruguiana estão expostas, definir padrões a serem seguidos pela Companhia e sua controlada Uruguiana no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

Controles Internos - aplicável para Companhia e todas as suas controladas

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

Ética e Compliance - aplicável para Companhia e todas as suas controladas

A Companhia e suas controladas estão comprometidas em manter os mais altos padrões éticos em todas as suas transações comerciais. O Programa de Compliance visa "conhecer o seu parceiro de negócios", exigindo a condução de um processo de verificação interna em seus potenciais parceiros antes de firmar um acordo de negócios. Este processo visa assegurar que tais padrões éticos e legais sejam devidamente respeitados em todas as suas transações comerciais.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e os recursos necessários serão alocados para que, com base na conclusão das averiguações, e medidas de remediação apropriadas - sejam medidas

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Reapresentado							
	Controladora				Consolidado			
	2019		2018		2019		2018	
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:								
Resultado antes dos tributos	(22.394)	(22.394)	(84.241)	(84.241)	(2.889)	(2.889)	(2.853)	(2.853)
Adições (exclusões):								
Resultado de equivalência patrimonial	19.809	19.809	81.484	81.484	-	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído (i)	24.522	24.522	-	-	24.808	24.808	-	-
Diferenças temporárias sem imposto diferido constituído	(21.937)	(21.937)	-	-	(21.920)	(21.920)	75	75
Outros	-	-	2.757	2.757	1	1	2.778	2.778
Total das adições (exclusões)	22.394	22.394	84.241	84.241	2.889	2.889	2.853	2.853
Resultado ajustado	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Compensação do Prejuízo Fiscal/Base Negativa	-	-	-	-	-	-	-	-
Base de cálculo	-	-	-	-	-	-	-	-
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Total da receita (despesa) com tributos	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

(i) Companhia apurou nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, prejuízo fiscal e base negativa, não havendo imposto de renda e contribuição social correntes a pagar.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e as controladas acumulam prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias sobre os quais não foram registrados impostos diferidos ativos, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo fiscal	27.190	1.856	43.265	17.643
Base negativa contribuição social	27.193	1.856	46.814	21.190
Diferenças temporárias ativas	2.290	25.788	2.756	26.238

17. PARTES RELACIONADAS

17.1 Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE				
Mútuo a receber principal - Brasiliiana x AES Serviços (i)	-	3.117	-	-
Mútuo a receber juros - Brasiliiana x AES Serviços (i)	-	251	-	-
Subtotal	-	3.368	-	-
Dividendos a receber:				
AES Elpa	-	4.389	-	-
AES Uruguiana	-	-	-	-
Subtotal	-	4.389	-	-
Total do ativo com partes relacionadas	-	7.757	-	-
	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Encargos de dívida - Mútuo Brasiliiana x AES Serviços	-	13.920	-	13.920
Encargos de dívida - AES Holding Brasil x AES Serviços	-	16.240	32	16.273
Subtotal	-	30.160	32	30.193
Total do passivo com partes relacionadas	-	30.160	32	30.193

(i) Em 30 de abril e 20 de agosto de 2018, foram celebrados para fins de capital de giro contratos de mútuo entre a controladora Brasiliiana e a entidade controlada AES Serviços no montante de R\$ 3.000 e R\$ 117, respectivamente, com prazo de oito meses para pagamento integral dos mútuos. Sobre os valores dos mútuos incidiram juros de CDI acrescidos de 5,79% ao ano.

PASSIVO

	2019	2018	2019	2018
Dividendos a pagar:				
AES Holdings Brasil	-	13.920	-	13.920
BNDESPar	-	16.240	32	16.273
Subtotal	-	30.160	32	

Brasiliانا Participações S.A.

Brasiliانا Participações S.A. e Controladas

CNPJ 08.773.191/0001-36

Companhia Aberta

—☆*continuação*

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS <div>31 de dezembro de 2019 e 2018</div> <div>(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</div>
--

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

Para a controlada Uruguaiانا, em decorrência da paralisação das atividades operacionais da usina, essa controlada gerencia seu capital com objetivo principal de honrar os compromissos relacionados à manutenção do seu parque gerador.

Riscos de taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas foram alocadas em CDBs e operações compromissadas, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data-base de 31 de dezembro de 2019 foi de R\$36.001.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador CDI nos investimentos, aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2019. proietando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras - Consolidado	Taxa de Juros	Posição em 2019	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
SELIC			3,16%	4,73%	6,31%	7,89%	9,47%
Investimentos de curto prazo	SELIC	36.001	1.138	1.703	2.272	2.840	3.409
Subtotal		36.001	1.138	1.703	2.272	2.840	3.409

Outros riscos considerados relevantes para a Companhia e suas controladas

(c.1) Risco de regulação

As atividades da controlada Uruguaiانا, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades dessa controlada.

(c.2) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

O Governo Federal poderá implementar alterações no regime fiscal que afetam a Companhia e suas controladas. Estas alterações podem incluir desde mudanças nas alíquotas até a cobrança de tributos temporários ou permanentes, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia e de suas controladas. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia e suas controladas terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade.

(c.3) Risco de instabilidade cambial e econômica

Instabilidade econômica

Os resultados operacionais da Companhia e suas controladas são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. Uma diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução dos eventos produtivos que, por sua vez, podem implicar

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO							
Julian Jose Nebreda Marquez Conselheiro Efetivo - Presidente	Ítalo Tadeu de Carvalho Freitas Filho Conselheiro Suplente	Francisco Jose Morandi Lopez Conselheiro Efetivo	José Ricardo Elbel Simão Conselheiro Suplente	Berned Raymond da Santos Ávila Conselheiro Efetivo	Carlos Renato Xavier Pompermair Conselheiro Suplente	Sebastião Bergamini Júnior Conselheiro Efetivo	Estevão de Almeida Accioly Conselheiro Efetivo
CONSELHO FISCAL							
Maurício Rocha Neves Presidente	Wilton de Medeiros Daher Suplente	Luiz Eduardo Burger Ribeiro Efetivo	Mario Shinzato Suplente	Maria Carmen Westerlund Montera Efetiva	Ivanyra Maura de Medeiros Correia Suplente		
DIRETORIA							
Ítalo Tadeu de Carvalho de Freitas Filho Diretor-Presidente	Clarissa Della Nina Sadock Accorsi Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores						
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS							

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Brasiliانا Participações S/A

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Brasiliانا Participações S/A (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultados abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brasiliانا Participações S/A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota 1.4.1 às demonstrações contábeis que indicam que a controlada AES Uruguaiانا Empreendimentos S.A. tem sido significativamente afetada pela indisponibilidade de gás natural utilizado na produção de energia elétrica. Além disso, conforme nota explicativa 1.2, em 16 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou mudança estratégica em seus negócios, com objetivo de maximizar o retorno financeiro de seus investimentos, e incluiu o plano de venda ou descomissionamento da AES Uruguaiانا como parte integrante desta mudança estratégica. Em 31 de dezembro de 2019, os ativos e passivos da controlada foram apresentados como disponíveis para venda e o resultado consolidado como operações descontinuadas.

Ainda, a reorganização da estrutura societária do Grupo AES Brasil, implementada durante o exercício de 2016, resultou na cisão parcial da controlada Elpa S.A., sendo que parte do acervo líquido cindido incluiu participação societária na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., dentre outros ativos, reduzindo significativamente a capacidade de geração de resultados e caixa da AES Elpa S.A. Este assunto encontra-se divulgado na nota 1.4.2.

Os eventos ou condições descritas nos parágrafos precedentes, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional das mencionadas controladas, e consequentes impactos sobre a continuidade operacional da Companhia, uma vez que esta é fortemente dependente da geração de resultados e fluxo de caixa de dividendos originados por suas controladas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas presumindo-se a continuidade normal das operações dessas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação aos assuntos acima.

Ênfase sobre a representação dos valores correspondentes

Conforme nota explicativa 1.1, em decorrência da venda da controlada AES Serviços TC Ltda. em 1º de julho de 2019, a partir desta data os saldos desta Empresa não compõe as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. Para fins de comparabilidade, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 dessa controlada foi reapresentado como operações descontinuadas nas demonstrações contábeis consolidadas.

Da mesma forma, conforme nota explicativa 1.2, em decorrência da classificação da AES Uruguaiانا Empreendimentos S.A. como disponível para venda em 31 de dezembro de 2019, os valores correspondentes da demonstração do resultado, referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, estão sendo reapresentados como previsto no CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Discussões judiciais sobre temas fiscais

Conforme divulgado na nota explicativa 11.2 às demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas são partes em diversos processos de natureza tributária cujo valor agregado totaliza R\$771.464 mil, os quais foram classificados como perda possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída em 31 de dezembro de 2019. Deste montante, destacamos a causa referente ao auto de infração relacionado ao aproveitamento de prejuízos fiscais, cujo valor está estimado em R\$ 585.748 mil.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao julgamento necessário para a determinação de reconhecimento ou não de uma provisão pela Administração com base na avaliação dos consultores jurídicos externos responsáveis pelo acompanhamento das causas, e pela complexidade dos assuntos e do ambiente jurídico no Brasil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, (i) a obtenção de cartas de confirmação junto aos consultores jurídicos externos da Companhia e análise dos prognósticos de perda associados às causas fiscais; (ii) o entendimento e teste dos controles relevantes identificados pela Companhia para identificação e monitoramento de processos judiciais; (iii) a realização de reuniões periódicas com a Administração para discutir a evolução do processo em destaque, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições informadas por aqueles consultores; (iv) envolvimento de nossos especialistas jurídicos para nos auxiliar na análise da razoabilidade das expectativas de perdas sobre a causa de natureza tributária mais significativa; e (v) avaliação das divulgações sobre o assunto nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na determinação da probabilidade de perda e consequentemente da necessidade ou não do registro da provisão

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 06 de março de 2020

Diretores:

Ítalo Tadeu de Carvalho Freitas Filho - Diretor Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi - Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores

na redução das atividades da Companhia e suas controladas. A desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial pode afetar os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas adversamente. A diminuição da atividade econômica resulta em redução dos eventos produtivos que podem por sua vez implicar na redução do consumo de energia, na redução da liquidez dos mercados de energia e na redução dos projetos de expansão para contratação de energia nova.

Instabilidade cambial

Eventuais medidas futuras do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido constantes variações com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo.

A desvalorização do Real em relação ao dólar pode criar pressão inflacionária adicional no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente a Companhia e de suas controladas.

(c.4) Risco de contratação e manutenção de seguros garantias para processos judiciais

Conforme mencionado na nota 11.3 a contratação e manutenção de seguros garantia de processos judiciais é fortemente influenciada pela continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. A contratação de novos seguros garantia, se requeridos, dependeria de oferta e aceitação do risco por parte das instituições provedoras destes seguros.

19. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia e de suas controladas para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	31/12/2019	31/12/2020	4.140.000
Seguro Terrorismo	31/12/2019	31/12/2020	1.125.000
Vida em grupo	01/01/2019	01/01/2020	25 x salário, com o máximo de R\$ 1.833
Responsabilidade civil geral	01/04/2019	01/04/2020	40.000
Riscos ambientais	01/04/2019	01/04/2020	10.000
Frota de veículos - RCF	01/04/2019	01/04/2020	RCFV Garantia Única R\$ 1.000
Responsabilidade civil de administradores - D&O	01/04/2019	01/04/2020	100.000

Os limites de proteção são compartilhados entre algumas empresas do Grupo AES, com exceção do seguro de frota veículos - RCF, que tem limite de proteção contratado individualmente por veículo na controlada Uruguaiانا.

A apólice de Responsabilidade Civil Administradores - D&O, possui limite de proteção compartilhado entre as empresas do Grupo.

Para todos os seguros, o prêmio é pago individualmente por cada empresa, conforme o critério de rateio aplicável a cada apólice.

O seguro terrorismo é complementar ao seguro de riscos operacionais e faz parte do programa de proteção dos ativos do Grupo AES Brasil.